



**Prefeitura Municipal de Pentecoste-CE**  
*Guarda Civil de Classe / Nível Inicial*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais .....	01
Domínio da ortografia oficial .....	30
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	33
Emprego de tempos e modos verbais. Emprego das classes de palavras.....	34
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração...	41
Emprego dos sinais de pontuação .....	45
Concordância verbal e nominal .....	48
Regência verbal e nominal .....	49
Emprego do sinal indicativo de crase .....	50
Colocação dos pronomes átonos .....	51
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	53
Significação das palavras.....	55
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero .....	57
Exercícios .....	74
Gabarito .....	79

## RACIOCÍNIO LÓGICO

Problemas de raciocínio lógico envolvendo os seguintes assuntos: estruturas lógicas; lógica de argumentação; diagramas lógicos; tautologias; proposições; .....	01
Teoria dos conjuntos; .....	40
Análise combinatória; .....	60
Noções de estatística .....	64
Probabilidade.....	72
Exercícios .....	74
Gabarito .....	78

# SUMÁRIO



## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows) .....	01
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes BrOffice e Microsoft Office - Excel e PowerPoint) .....	16
Redes de computadores .....	34
Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome). Sítios de busca e pesquisa na Internet .....	45
Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird) .....	52
Grupos de discussão .....	56
Redes sociais .....	59
Computação na nuvem (cloud computing) .....	63
Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas .....	67
Segurança da informação. Procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.) .....	70
Procedimentos de backup .....	78
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	80
Exercícios .....	81
Gabarito .....	84

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Princípios básicos.....	01
Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais.....	04
Crime e Contravenção Penal. O fato típico e seus elementos. Tipicidade e causas de exclusão. Crime consumado e tentado. Pena da tentativa. Concurso de crimes. Ilícitude e causas de exclusão. Excesso punível. Culpabilidade. Elementos e causas de exclusão. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas .....	07
Crimes contra a pessoa.....	30
Crimes contra o patrimônio .....	47
Crimes contra a dignidade sexual .....	56
Crimes contra a fé pública.....	59
Crimes contra a administração pública .....	62
Crimes contra a administração da Justiça.....	66
Lei nº 8.072/1990 (delitos hediondos) .....	70
Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/1965).....	74
Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997) .....	82
Dos Crimes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) .....	84
Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) .....	166
Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998).....	202
Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) .....	216

# SUMÁRIO



Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006).....	229
Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e suas alterações).....	256
Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. ....	266
Exercícios .....	267
Gabarito.....	272

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Disposições preliminares do Código de Processo Penal .....	01
Inquérito policial.....	06
Ação penal.....	10
Competência .....	13
Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão.....	20
Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica) .....	23
Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros.....	26
Prisão e liberdade provisória. Das medidas cautelares diversas da prisão. Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária) .....	27
Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos .....	52
O habeas corpus e seu processo.....	55
Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995).....	59
Investigação Criminal (Lei nº 12.830/2013).....	73
Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013) .....	74
Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal .....	85
Exercícios .....	91
Gabarito.....	102

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais .....	01
Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.....	02
Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas .....	03
Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos .....	04
Remédios Constitucionais .....	31
Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios .....	33
Administração pública. Disposições gerais, servidores públicos .....	44
Poder executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República .....	51
Poder legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito .....	54
Poder judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. Composição e competências .....	64

# SUMÁRIO



Funções essenciais à justiça. Ministério Público, Advocacia Pública. Defensoria Pública .....	69
Da Defesa do estado e das Instituições Democráticas .....	72
Exercícios .....	78
Gabarito .....	84

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública. Conceitos. Elementos. Fundamentos constitucionais. ....	01
Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes. ....	08
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo. Cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa. ....	15
Regime jurídico administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da administração pública. ....	52
Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso. ....	73
Serviços públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação. Concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios .....	82
Organização administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.....	106
Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992 . ....	124
Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999 e suas alterações .....	143
Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999 ..	161
Licitações e contratos administrativos. Legislação pertinente. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. ....	179
Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão .....	201
Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços) .....	206
Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas) .....	216
Decreto nº 6.170/2007, Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 e suas alterações .....	249
Exercícios .....	264
Gabarito .....	267

## NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Lei nº 9503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e suas alterações, inclusive as da Lei nº 14071/2020 .....	01
Decreto nº 4711/2003(dispõe sobre a Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito — SNT) .....	124
Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações: 04/1998 .....	125
14/1998 .....	130
24/1998 .....	138
26/1998 .....	140
32/1998 .....	141

36/1998 .....	157
92/1999 .....	158
110/2000 .....	174
160/2004 .....	175
197/2006 .....	178
205/2006 .....	180
210/2011 .....	180
211/2006 .....	203
216/2006 .....	203
227/2007, exceto os anexos .....	210
231/2007 .....	213
242/2007 .....	213
253/2007 .....	214
254/2007 .....	214
258/2007 .....	214
268/2008 .....	218
273/2008 .....	226
277/2008 .....	268
289/2008 .....	232
290/2008 .....	233
292/2008 .....	256
349/2010 .....	263
356/2010 .....	267
360/2010 .....	272
371/2010 (exceto as fichas) .....	274
396/2011 .....	275
432/2013 .....	288
441/2013 .....	296
453/2013 .....	298
471/2013 .....	304
508/2014 .....	305
520/2015 .....	308
525/2015 .....	308
552/2015, exceto os anexos .....	313
561/2015, exceto as fichas .....	317
573/2015 .....	317
598/2016 .....	320
619/2016 .....	324
624/2016 .....	338
643/2016 .....	345
720/2017 .....	346
723/2018 .....	349
735/2018, exceto os anexos .....	358
<b>Exercícios</b> .....	<b>365</b>
<b>Gabarito</b> .....	<b>369</b>

# SUMÁRIO



• Linguagem Mista (ou híbrida) é aquela que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



PROIBIDO FUMAR

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em outro. O nome que damos a este processo é intertextualidade.

### Interpretação de Texto

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras



### Tautologias e Implicação Lógica

#### • Teorema

$P(p,q,r,\dots) \Rightarrow Q(p,q,r,\dots)$  se e somente se  $P(p,q,r,\dots) \rightarrow Q(p,q,r,\dots)$

p	q	$(p \rightarrow q) \wedge p$	$((p \rightarrow q) \wedge p) \rightarrow q$
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	V

$(p \rightarrow q) \wedge p \Rightarrow q$  e  $((p \rightarrow q) \wedge p) \rightarrow q$

Observe que:

$\rightarrow$  indica uma operação lógica entre as proposições. Ex.: das proposições p e q, dá-se a nova proposição  $p \rightarrow q$ .

$\Rightarrow$  indica uma relação. Ex.: estabelece que a condicional  $P \rightarrow Q$  é tautológica.

#### Inferências

#### • Regra do Silogismo Hipotético

$$(p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow r) \Rightarrow p \rightarrow r \quad \boxed{\begin{array}{l} p \rightarrow q, q \rightarrow r \\ \hline p \rightarrow r \end{array}}$$

#### Princípio da inconsistência

– Como “ $p \wedge \sim p \rightarrow q$ ” é tautológica, subsiste a implicação lógica  $p \wedge \sim p \Rightarrow q$

– Assim, de uma contradição  $p \wedge \sim p$  se deduz qualquer proposição q.

A proposição “ $(p \leftrightarrow q) \wedge p$ ” implica a proposição “q”, pois a condicional “ $(p \leftrightarrow q) \wedge p \rightarrow q$ ” é tautológica.

#### Lógica de primeira ordem

Existem alguns tipos de argumentos que apresentam proposições com quantificadores. Numa proposição categórica, é importante que o sujeito se relacionar com o predicado de forma coerente e que a proposição faça sentido, não importando se é verdadeira ou falsa.

Vejamos algumas formas:

- Todo A é B.
- Nenhum A é B.
- Algum A é B.

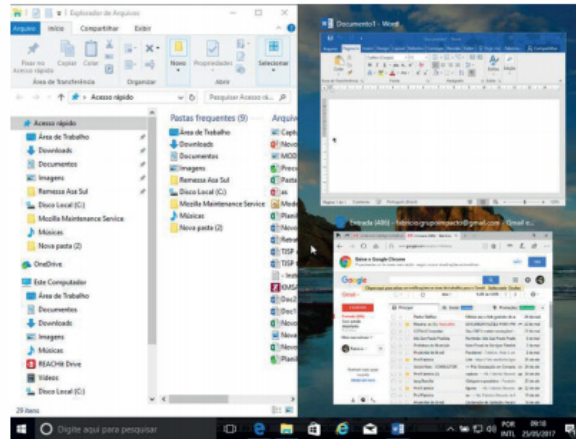


## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

### Aero Snap (Win + Setas de direção do teclado)

Recurso que permite melhor gerenciamento e organização das janelas abertas.

Basta arrastar uma janela para o topo da tela e a mesma é maximizada, ou arrastando para uma das laterais a janela é dividida de modo a ocupar metade do monitor.



*Efeito Aero Snap.*

### Aero Peek (Win+Vírgula – Transparência / Win+D – Minimizar Tudo)

O Aero Peek (ou “Espiar área de trabalho”) permite que o usuário possa ver rapidamente o desktop. O recurso pode ser útil quando você precisar ver algo na área de trabalho, mas a tela está cheia de janelas abertas. Ao usar o Aero Peek, o usuário consegue ver o que precisa, sem precisar fechar ou minimizar qualquer janela. Recurso pode ser acessado por meio do botão Mostrar área de trabalho (parte inferior direita do Desktop). Ao posicionar o mouse sobre o referido botão, as janelas ficam com um aspecto transparente. Ao clicar sobre ele, as janelas serão minimizadas.







### Lei Penal em Branco

- Interpretação e Analogia

As normas penais em branco são normas que dependem do complemento de outra norma.

Norma Penal em branco Homogênea	Norma Penal em branco Heterogênea
A norma complementar possui o mesmo nível hierárquico da norma penal. Quando homovitelina, corresponde ao mesmo ramo do Direito, ex. Penal e Penal. Quando heterovitelina, abrange ramos diferentes do Direito, ex. Penal e Civil.	A norma complementar não possui o mesmo nível hierárquico da norma penal. Ex. o complemento da lei de drogas está em decreto que define substâncias consideradas drogas.

Outro ponto fundamental é a diferenciação entre analogia e interpretação analógica:

A lei penal admite interpretação analógica para incluir hipóteses análogas às elencadas pelo legislador, ainda que prejudiciais ao agente.	Já a analogia só pode ser utilizada em normas não incriminadoras, para beneficiar o réu.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------

### Lei Penal no Tempo

- Conflito Aparente de Leis Penais e Tempo do Crime

A lei penal é regida pelo princípio da anterioridade, em consonância com a legalidade:

*Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.*

Primeiro o fato tem que ser criminalizado para depois ser punido. Sem a previsão legal não há crime e punição estatal.

No mesmo sentido, existe o princípio da abolitio criminis:

*Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Assim, caso a lei ocorra a descriminação de uma conduta criminosa, ela retroage para apagar os efeitos penais do passado, ex. o condenado para de cumprir a pena.

A exceção fica por conta da lei excepcional e temporária:

*Art. 3º - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.*



## Noções de Direito Processual Penal

O titular da ação penal pública é o Ministério Público, todavia, a ação penal pode ser privada, tendo por sujeito ativo o ofendido ou o seu representante legal. Ademais, mesmo a ação penal de titularidade do MP (pública), divide-se em:

<b>Ação Penal Pública Incondicionada</b>	<b>Ação Penal Pública Condicionada</b>
Atuação apenas do MP.	Atuação do MP condicionada a representação da vítima/representante legal ou requisição do Ministro da Justiça.

— Condições geral da ação

A ação penal precisa respeitar quatro condições:

- Possibilidade jurídica do pedido
- Legitimidade para agir
- Interesse processual
- Justa causa

A possibilidade jurídica do pedido significa que os fatos narrados na inicial acusatória encontram previsão dentro da lei penal incriminadora. Exemplo: o fato narrado é típico. Para o possível exercício do direito de ação, o fato descrito na denúncia ou queixa-crime deve encontrar subsunção na lei penal incriminadora.

A legitimidade para agir consiste na pertinência subjetiva para a ação.

<b>Legitimidade ativa</b>	<b>Legitimidade passiva</b>
Apenas a pessoa cuja titularidade da ação penal é garantida pela lei tem o poder de ajuizar a ação.	Somente o responsável pelo fato definido como infração penal pode figurar no polo passivo da ação.

A ação penal pública é proposta pelo Ministério Público, enquanto a ação penal privada é ajuizada pelo ofendido ou seu representante legal.

O interesse processual divide-se em:

- Utilidade
- Necessidade
- Adequação

A ação penal é pressuposta para aplicação da pena, restando preenchido o requisito necessidade. A utilidade consiste na eficácia da decisão judicial para a satisfação do interesse pleiteado pelo titular da



## Noções de Direito Constitucional

O seguro desemprego é o direito de todo trabalhador à assistência financeira temporária, que tenha prestado serviços laborais a empregador e sido dispensado sem justa causa, por mais de seis meses. Nos termos do art. 4º da Lei do seguro desemprego, o benefício será concedido ao trabalhador desempregado, por período máximo variável de 3 (três) a 5 (cinco) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contados da data de dispensa que deu origem à última habilitação, nos seguintes critérios:

<b>SEGURO DESEMPREGO</b>	
<b>1ª Solicitação:</b>	
<b>Parcelas</b>	<b>Tempo de trabalho</b>
4 (quatro)	12 a 23 meses
5 (cinco)	24 meses ou mais
<b>2ª Solicitação:</b>	
<b>Parcelas</b>	<b>Tempo de trabalho</b>
3 (três)	9 a 11 meses
4 (quatro)	12 a 23 meses
5 (cinco)	24 meses ou mais
<b>3ª Solicitação:</b>	
<b>Parcelas</b>	<b>Tempo de trabalho</b>
3 (três)	6 a 11 meses
4 (quatro)	12 a 23 meses
5 (cinco)	24 meses ou mais

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS):

*III – fundo de garantia do tempo de serviço;*

Pode-se dizer que o FGTS é uma espécie de conta poupança compulsória do trabalhador, gerida pela Caixa Econômica Federal e regida pela Lei 8.036/1990. Mensalmente, o empregador deve depositar nas contas vinculadas de seus funcionários o valor correspondente a 8% (oito por cento) do salário de cada trabalhador.

Salário mínimo:

*IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;*

O salário mínimo é o estabelecido para jornada padrão de 44 horas semanais, podendo ser proporcional, em caso de jornada inferior.

Piso salarial:



## Noções de Direito Administrativo

Infere-se que cada poder exerce, de forma fundamental, uma das funções de Estado, é o que denominamos de FUNÇÃO TÍPICA.

	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO
<b>FUNÇÃO TÍPICA</b>	Legislar	Administrativa	Judiciária
<b>ATRIBUIÇÃO</b>	Redigir e organizar o regramento jurídico do Estado	Administração e gestão estatal	Julgar e solucionar conflitos por intermédio da interpretação e aplicação das leis.

Além do exercício da função típica, cada poder pode ainda exercer as funções destinadas a outro poder, é o que denominamos de exercício de FUNÇÃO ATÍPICA. Vejamos:

	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO
<b>FUNÇÃO ATÍPICA</b>	Tem-se como função atípica desse poder, por ser típica do Poder Judiciário: O julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade.	Tem-se por função atípica desse poder, por ser típica do Poder Legislativo: A edição de Medida Provisória pelo Chefe do Executivo.	Tem-se por função atípica desse poder, por ser típica do Poder Executivo: Fazer licitação para realizar a aquisição de equipamentos utilizados em regime interno.

Diante da difícil tarefa de conceituar o Direito Administrativo, uma vez que diversos são os conceitos utilizados pelos autores modernos de Direito Administrativo, sendo que, alguns consideram apenas as atividades administrativas em si mesmas, ao passo que outros, optam por dar ênfase aos fins desejados pelo Estado, abordaremos alguns dos principais posicionamentos de diferentes e importantes autores.

No entendimento de Carvalho Filho (2010), “o Direito Administrativo, com a evolução que o vem impulsionando contemporaneamente, há de focar-se em dois tipos fundamentais de relações jurídicas, sendo, uma, de caráter interno, que existe entre as pessoas administrativas e entre os órgãos que as compõem e, a outra, de caráter externo, que se forma entre o Estado e a coletividade em geral.” (2010, Carvalho Filho, p. 26).

Como regra geral, o Direito Administrativo é conceituado como o ramo do direito público que cuida de princípios e regras que disciplinam a função administrativa abrangendo entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público.

Vale lembrar que, como leciona DIEZ, o Direito Administrativo apresenta, ainda, três características principais:

- 1 – constitui um direito novo, já que se tra



### CAPÍTULO III-A

#### (INCLUÍDO LEI Nº 12.619, DE 2012) (VIGÊNCIA)

#### DA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS POR MOTORISTAS PROFISSIONAIS

Art. 67-A. O disposto neste Capítulo aplica-se aos motoristas profissionais: (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

I - de transporte rodoviário coletivo de passageiros; (Incluído pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

II - de transporte rodoviário de cargas. (Incluído pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 1o (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 2o (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 3o (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 4o (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 5o (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 6o (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 7o (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 8o (VETADO). (Incluído Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

Art 67-B. VETADO). (Incluído Lei nº 12.619, de 2012) (Vigência)

Art. 67-C. É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 (cinco) horas e meia ininterruptas veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas. (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 1o Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso dentro de cada 6 (seis) horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção desde que não ultrapassadas 5 (cinco) horas e meia contínuas no exercício da condução. (Incluído pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 1o-A. Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas na condução de veículo rodoviário de passageiros, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção. (Incluído pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

§ 2o Em situações excepcionais de inobservância justificada do tempo de direção, devi